Parte II - Políticas, Escalas, Territórios
**Escalas Espaciais, Território e Desenvolvimento Regional:
Notas para discussão teórica e metodológica**

Rogério Leandro Lima da Silveira

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SILVEIRA, R. L. L. Escalas Espaciais, Território e Desenvolvimento Regional: Notas para discussão teórica e metodológica. In: SOUSA, C. M., THEIS, I. M., and BARBOSA, J. L. A., eds. *Celso Furtado: a esperança militante (Desafios)*: vol. 3 [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2020, pp. 193-215. Projeto editorial 100 anos de Celso Furtado collection, vol. 3. ISBN: 978-65-86221-12-1. <https://doi.org/10.7476/9786586221688.008>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Escalas Espaciais, Território e Desenvolvimento Regional:

Notas para discussão teórica e metodológica

Rogério Leandro Lima da Silveira¹

“Cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local convivendo dialeticamente”.

Milton Santos

Introdução

AS ESCALAS ESPACIAIS ESTÃO PRESENTES EM NOSSA VIDA, EM NOSSAS representações da realidade, em nossas ações, relações e lutas sociais. Também estão presentes nos processos sociais e econômicos e na construção e implementação das políticas públicas de planejamento e desenvolvimento regional.

Entretanto, o significado etimológico do termo escala ainda é de difícil compreensão, dada a polissemia que o vocábulo expressa, como veremos adiante, na próxima seção.

Para o senso comum, a temática da escala, de um modo geral, também passa despercebida ou quando é considerada, a mesma é relacionada em sua dimensão quantitativa. Ou seja, a proporção entre as medidas e distâncias existentes em uma dada planta arquitetônica, carta ou mapa cartográfico e as medidas, dimensões e distâncias reais dos objetos e áreas territoriais, correspondentes. No meio acadêmico, sobretudo em algumas de suas áreas disciplinares como as engenharias, a arquitetura e a

1 Doutor em Geografia. Pesquisador do CNPq. Professor do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e do Departamento de Ciências, Humanidades e Educação, da Universidade de Santa Cruz do Sul. Coordenador do Observatório do Desenvolvimento Regional e Líder do Grupo de Pesquisa Estudos Urbanos e Regionais (GEPEUR-CNPq). E-mail: rlls@unisc.br.

cartografia, essa concepção e uso da escala, pode-se dizer, são também predominantes na análise espacial e nos projetos de intervenção.

Entendemos que a escala cartográfica é, e continuará sendo, um importante instrumento de análise e representação espacial dos objetos, fluxos, formas construídas e territórios. Entretanto, essa concepção de escala não é única, e diante dos complexos, cambiantes e desiguais processos socioespaciais de desenvolvimento que experimentamos no presente, em diferentes regiões do mundo, através da atuação de sujeitos e instituições concretas que se relacionam, se enfrentam, se aliam no território, se torna imprescindível valorizar e utilizar a escala, em sua dimensão geográfica ou espacial. Ou seja, é preciso que valorizemos a escala espacial nos estudos sobre os processos, as políticas, as ações e relações sociais presentes na produção social dos territórios.

Nas duas últimas décadas tem ocorrido um importante debate acadêmico no âmbito das ciências humanas e sociais, especialmente entre geógrafos, economistas políticos e sociólogos, sobre o conceito de escala espacial, enquanto produto social e estratégia política e de poder para a compreensão dos processos sociais e econômicos e das dinâmicas territoriais de desenvolvimento atualmente existentes (MARSTON, 2000; SMITH, 2000; SANTOS, 2001; BRANDÃO, 2007; SWYNGEDOUW, 2004; e BRENNER, 2009).

Além disso, observa-se também que as escalas espaciais também têm despertado relativo interesse dos formuladores e gestores das políticas públicas territoriais, ainda que muitas vezes fiquem limitadas ao discurso e a escrita das políticas e dos planos. (CARGNIN, 2014; CORREA, 2018)

Nesse ensaio, contribuimos com esse debate sobre a importância das escalas espaciais ou geográficas na análise do território e dos processos de desenvolvimento e planejamento regional. Nossa contribuição se dá a partir da nossa formação acadêmica no campo da Geografia, mas também pela nossa atuação no ensino, na pesquisa e na extensão da pós-graduação em desenvolvimento regional. Algumas das reflexões aqui apresentadas surgiram da nossa participação nas discussões e debates realizados com meus alunos e colegas no Grupo de Pesquisa Estudos Urbanos e Regionais (GEPEUR) e no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento regional, da UNISC.

As notas que aqui apresentamos iniciam com apresentação do conceito de escala espacial e a necessária distinção em relação ao conceito de escala cartográfica. Também refletimos sobre a especificidade e a relação entre escala dos fenômenos, escala de análise e escala de ação. No

segundo tópico abordamos a ideia chave que fundamenta nossa compreensão e reflexão sobre a escala espacial, que é justamente a de que as escalas são constructos sociais, ou seja, são produzidas socialmente por agentes concretos em suas relações e estratégias políticas nos territórios. No terceiro e último tópico, tratamos da relação entre escala espacial e a dinâmica territorial, com a intenção de contribuir teórica e metodologicamente para a compreensão, análise dos processos e políticas de desenvolvimento regional.

O conceito de escala espacial

A escala, como bem nos lembra Castro (2003, p.118), “É uma estratégia de aproximação do ‘mundo real’, um mecanismo de compreensão da realidade, por causa impossibilidade de apreendê-la na sua totalidade”.

Todavia é preciso também considerar que a escala é um termo polisêmico. Etimologicamente essa polissemia se expressa através dos vários significados atribuídos a este vocábulo. Consultando o dicionário, vamos encontrar diversos sentidos e aplicações que essa palavra suscita. Dentre outros, destacam-se: a escada ou conjunto de degraus para passar de um nível mais baixo a outro mais alto, ou vice-versa; a sequência de notas musicais ordenadas de modo ascendente ou descendente que constituem a escala musical; o registro indicando a ordem de serviço para cada trabalhador, configurando a escala de trabalho; a série de divisões traçadas num instrumento de medição de temperatura, ou seja, a escala termométrica; um ponto de parada intermediária em uma dada viagem realizada por meios de transporte como aviões, trens ou ônibus, como escala para recebimento de carga ou passageiros ou para reabastecimento, ou ainda como a relação entre as dimensões e tamanho de um desenho, um mapa e os do objeto ou área representados (MICHAELIS, 2015).

A polissemia da escala também se expressa epistemologicamente entre as ciências. Na química contemporânea o campo de estudo da nanociência e da nanotecnologia tem buscado compreender e controlar a matéria em nanoescala, ou seja, em escala atômica e molecular, visando o desenvolvimento de novos materiais e componentes para diversas áreas e setores como a medicina, a eletrônica, e a engenharia de materiais. A escala aqui se apresenta como condição absolutamente necessária para a análise estrutural e produção de novos materiais (FERNANDES E FILGUEIRAS, 2008). Por sua vez, Castro (1992, p.23) com base no pensamento de Merleau-Ponty sobre a escala, nos lembra que na Filosofia,

mais especificamente na fenomenologia, “quando se trata das escalas de percepção do real: não há escala mais ou menos válida; não há hierarquização de grandezas escalares; a escala da percepção é sempre ao nível do micro fenômeno, o real está presente em toda a escala”. Na Arquitetura, o significado predominante de escala é aquele de medida de redução ou ampliação de uma dada área para sua representação, usualmente gráfica. A produção de projetos e maquetes arquitetônicas, dependendo das necessidades e objetivos de representação gráfica dos objetos e dos espaços reais, faz uso, então, de escalas de redução ou de escalas de ampliação (FONTENELLE, 2018).

As noções de escala presentes na Cartografia e na Geografia também têm participado na produção dessa polissemia epistemológica da noção de escala, e a distinção entre elas é de fundamental importância para que possamos avançar na compreensão do conceito de escala espacial.

Na Cartografia a escala é uma fração que indica a relação matemática entre as medidas do real (na superfície terrestre) e aquelas da sua representação gráfica (no mapa ou numa planta). Ela indica a relação entre o valor de uma distância medida no mapa e sua correspondente no terreno. Ou seja, ela é usada para representar a relação de proporção entre a área real e a sua representação cartográfica no mapa. Como didaticamente já demonstrou Souza (2013, p.180):

A escala cartográfica pode ser apresentada sob a forma de uma escala numérica, em que a proporção é expressa como uma fração, sendo que o denominador representa a distância no terreno, e o numerador, o seu equivalente no mapa (carta ou planta). Por exemplo, 1:1.000.000 significa que um centímetro no mapa equivale a um milhão de centímetros no terreno (isto é, 1.000 quilômetros). [...] Ela pode também ser apresentada sob a forma de uma escala gráfica, em que a proporcionalidade é expressa com a ajuda de uma barra numerada.

No âmbito da Geografia o termo escala significa um indicador de tamanho do espaço considerado, ou do recorte escolhido para a análise espacial. Para Souza (2013, p.181) a escala geográfica “tem a ver não com a fração da divisão de uma superfície representada em um documento cartográfico, mas sim com a própria extensão ou magnitude do espaço, que se está levando em conta”.

Ou seja, enquanto a escala cartográfica expressa a representação espacial de uma dada parcela da superfície terrestre como “forma geométrica”, a escala geográfica expressa a representação da relação que a sociedade através dos agentes sociais, das suas instituições, mantém com essa

“forma geométrica”, em realidade com essa parcela do espaço geográfico. (RACINE, RAFFESTIN E RUFFY, 1983).

Na Geografia essa compreensão sobre o significado e uso da escala geográfica está sobretudo presente na Geografia Humana, onde desde o movimento de sua renovação epistemológica crítica, a partir do final dos anos setenta do século passado, tem ocorrido importantes avanços na investigação sobre a teorização e a representação da escala. Busca-se compreender a espacialidade do processo de globalização capitalista, de sua dinâmica e das particularidades de sua reprodução ou resistência nos diferentes lugares e regiões do mundo. Entre tais estudos, destacam-se o trabalho de Taylor propondo uma economia política de escala que se fundamente na especificação das escalas características de operação dos processos econômicos e sociais essenciais e da exploração das formas pelas quais as diferentes escalas geográficas (local, nacional e global) se articulam, nesses processos, umas com as outras (TAYLOR (1985) *apud* GREGORY, 2000, p.186). Destaca-se também as contribuições seminais de Smith (1982) em sua obra *Gentrification and Uneven Development* onde ele introduz três escalas nas quais pode-se observar um desenvolvimento geográfico desigual: o urbano, o regional e o nacional. Em cada escala, ele aborda as relações especificamente capitalistas que conectam áreas desenvolvidas e subdesenvolvidas através dos movimentos espaciais do capital. Esses movimentos têm velocidades e concentrações diferentes, à medida que o capital responde e produz seu cenário contraditório de equalização e diferenciação espacial. (SMITH, 1982 e 1988).

Para uma melhor compreensão do que seja a escala geográfica ou espacial, como aqui estamos a definindo, Souza nos orienta a levar também em consideração as suas três subdivisões, ou dimensões constitutivas: as escalas do fenômeno, de análise e de ação.

A escala do fenômeno se refere a escala do tamanho ou de abrangência de um dado objeto ou fenômeno natural, ou social, existente no espaço geográfico e presente na realidade. Como exemplo, podemos aqui mencionar a extensão da urbanização de um município, de uma microbacia, de uma dada aglomeração urbana, de uma região econômica, ou ainda de uma pandemia como a do Covid-19 ou a escala de abrangência do agro-negócio ou da agricultura familiar num dado território. Cada fenômeno vai se apresentar em uma dada escala de tamanho ou abrangência: local, regional, nacional, internacional ou global.

Souza assinala que quando nos referimos a escala de fenômenos sociais precisamos considerar algumas especificidades pois

“podemos estar nos referindo à abrangência de processos referentes a dinâmicas essencialmente “impessoais” (como a globalização) e a resultantes de desdobramentos não premeditados, ainda que muitas vezes previsíveis (a exemplo de uma catástrofe nuclear), ou ainda à abrangência de dinâmicas de ação coletiva programática ou consciente, como resistências, lutas e movimentos sociais; e podemos estar lidando com fenômenos que, ao menos à primeira vista, se deixam apreender como áreas e territórios contínuos por exemplo, a escala de um país) ou diversamente. Com fenômenos que demandam uma compreensão de sua estruturação em rede (como as redes do crime organizado)” (SOUZA, 2013, p. 181-182).

A relação entre escala do fenômeno e escala de análise se vincula diretamente com a relação entre realidade e conhecimento, sendo este último resultado da apreensão e compreensão do objeto real, através das percepções, da experiência, da vivência e de uso dos conceitos pelos sujeitos.

Do mesmo modo, a escala de análise é definida e construída intelectualmente pelo pesquisador como um nível analítico do fenômeno da realidade a ser investigado, que permita apreender as suas características e particularidades relevantes, em sintonia com as questões norteadoras e/ou com o problema de pesquisa (SOUZA, 2013).

Por outro lado, é preciso também considerar que diante da complexidade atual dos processos políticos e econômicos e da dinâmica socio espacial, envolvendo distintos agentes sociais, diferentes instituições e com desiguais reflexos nos territórios, não há como lançar mão de ou se privilegiar apenas uma escala de análise, mas sobretudo valorizar abordagens multiescalares. Pois, como assinalou Lacoste (1988), no processo de conhecimento

“não há um nível [escalar] de análise privilegiado”, [já que] “nenhum deles é suficiente, pois o fato de se considerar tal espaço [a partir de uma dada escala] como campo de observação irá permitir apreender certos fenômenos e certas estruturas, mas vai acarretar a deformação ou a ocultação de outros fenômenos e de outras estruturas, das quais não se pode, a priori, prejudicar o papel e, portanto, não se pode negligenciar” (Lacoste, 1988, p.81)

As escalas de análise, em seus diferentes níveis de abrangência espacial como a local, regional, nacional e global, não existem ou são dadas a priori. Como lembra bem Souza (2013, p.188), “elas são antes “arrancadas”

da realidade no processo de construção do objeto de conhecimento por parte do pesquisador”. As escalas de análise “variam em número e natureza, da mesma maneira como variam os objetos de conhecimento, os modos de construí-los e as questões (os problemas) que orientam essa construção”.

Além disso, como veremos adiante, as escalas espaciais são construídas socialmente, o que implica que em nossa análise devemos primeiro focar nos fenômenos e processos socioespaciais e depois identificar as formas contingentes e dimensão escalar que manifestam. Tão pouco os diferentes níveis escalares do local ao global, devem ser vistos como resultantes de uma ordem hierárquica, mas sim numa perspectiva inter-relacional. (PECK, 2010).

Já a escala de ação se refere a um dado aspecto ou fato específico em sua dimensão política relacionada estrategicamente “à reflexão acerca do alcance espacial das práticas dos agentes. É, portanto, um tipo de escala que se refere a determinados fenômenos sociais, concernentes às ações (em geral coletivas) e ao papel de agentes/sujeitos” (SOUZA, 2013, p.182).

As práticas e as estratégias de ação dos agentes sociais nos processos de desenvolvimento territorial e regional e nas relações políticas existentes, ocorrem na maior parte das vezes, em diversas escalas espaciais. Os atores hegemônicos, por exemplo, como as grandes corporações multinacionais, buscam viabilizar seus interesses setoriais e políticos, definindo estratégias de ação e explicitando relações de poder, em múltiplas escalas. Para tanto atuam simultaneamente tanto nas escalas local e nacional, quanto na escala global. Ou ainda, possuem a capacidade de saltar escalas, de acordo com a lógica de suas ações políticas hegemônicas globais, ignorando muitas vezes os condicionantes nacionais ou regionais, e realizando seus projetos e interesses diretamente nos espaços locais. Também os atores sociais ligados ao mundo do trabalho quando conseguem articular ações e estratégias políticas em distintos níveis escalares, do local, ao regional e mesmo ao nacional, conseguem melhores condições políticas para garantir o atendimento de suas reivindicações sociais ou trabalhistas junto ao Estado e às empresas.

Nesta linha de abordagem da escala espacial, enquanto escala de ação, as relações de poder adquirem importância fundamental. Smith (2000, p.142) reforça essa compreensão quando assinala que a “produção e reprodução da escala expressa tanto a disputa social quanto a geográfica para estabelecer fronteiras entre diferentes lugares, localizações e sítios de experiência”.

Na construção do conceito de escala espacial com esse mesmo sentido e perspectiva outros autores a nomeiam como escala geográfica de poder (RAMBO e RÜCKERT, 2008), escala territorial (DINIZ, 2001), escalas de poder (VAINER, 2001) ou ainda como escala geográfica (GRANDI, 2012 e SOUZA, 2013).

Assim, entendemos que as escalas espaciais são níveis de análise do raciocínio espacial que permitem explicar, de modo ordenado, as complexas relações entre sociedade e natureza. A diferenciação e a articulação simultâneas das escalas geográficas constituem uma maneira eficaz para compreender as transformações que se processam no mundo atual.

A construção social e política das escalas

A escala não é uma categoria criada naturalmente, ou seja, cuja existência ontológica seja dada a priori. Tão pouco a escala deve ser pensada como uma variável ou fator externo já constituído e disponível, e que precisa ser descoberto e aplicado para compreendermos a realidade.

Como bem destaca Souza (2013, p.187) muitos ainda são os pesquisadores e planejadores que tomam “os níveis [escalares] de análise da realidade como “dados”, quase da mesma maneira como observamos uma porção da superfície terrestre expressa em uma (...) imagem de satélite”. Ou seja, é como se as escalas local, regional, nacional e global existissem por si próprias, independentemente do processo de construção, pelo analista, do objeto em análise, ou a despeito dos processos sociais. É como se as escalas espaciais dos fenômenos, de análise e de ação, “fossem uma espécie de realidade anistórica ou quase material, à maneira de “camadas de contextualização” nas quais os homens e mulheres concretos “se inscreveriam” para serem por elas condicionados, mas, de resto, sem exercerem, eles próprios, maior influência sobre tais “camadas”” (SOUZA, 2013, p.187)..

Neil Smith (1993), nos ajuda a lembrar que as escalas espaciais não são quadros ou molduras dadas a priori dentro dos quais vivemos nossa vida. Vivemos nossa vida cotidiana em diferentes e simultâneas dimensões escalares, desde a escala do nosso corpo, da nossa comunidade ou bairro, da nossa cidade, da nossa região, do nosso país, do mundo.

Muitas vezes também identificamos por parte dos pesquisadores e planejadores a identificação da escala espacial como sendo ela própria o sujeito da ação. Nesse aspecto, não é incomum nos depararmos com expressões como “o global se apropria e domina o regional e o local” ou “relações de poder entre o local e o global”.

Estas perspectivas de pensamento e compreensão sobre a escala espacial acabam contribuindo ora para sua coisificação ou reificação, ora para sua subjetivação.

Pensamos diferentemente, com Vainer (2002), que em realidade, os processos econômicos, políticos, sociais, culturais que ocorrem historicamente possuem diferentes dimensões escalares, e na maioria das vezes, também, tais processos apresentam uma dimensão multi ou transescalar. “As próprias escalas são produzidas em processos profundamente heterogêneos, conflituosos e contestados” (VAINER, 2002, p.24).

Essa compreensão nos chama atenção para a importância de superarmos a visão, ainda corrente, de que os processos ocorrem e/ou estão contidos em uma estrutura escalar ordenada e pré-existente que agrupa hierarquicamente desde o nível escalar local, passando pelos níveis escalares intermediários regional e nacional, até se alcançar o nível escalar global, ou em movimento inverso, mas também hierárquico, do global para o local.

As metáforas comumente utilizadas para representar as escalas ou para buscar explicar o seu significado tem reforçado essa estrutura hierárquica. Nos livros escolares de Geografia é comum, por exemplo, o uso da metáfora da escada para representar a estrutura hierárquica das escalas ao mostrar que se “sobe” do degrau “local” para o “regional”, depois para o “nacional” até alcançar o degrau “global”, ou então que se “desce” do degrau global para o nacional, e assim sucessivamente até o local. O uso de tal metáfora ao associar o degrau mais alto da escada ao global parece indicar que ela está acima de todas as demais escalas, ao mesmo tempo em que mostra que cada escala é diferente da outra. Essa representação metafórica revela uma maneira particular de conceituar as relações escalares entre lugares, caracterizada pela ideia de ordem e hierarquia como as mesmas se relacionam (HEROD, 2008).

Uma outra metáfora frequentemente utilizada para a representação das escalas é a da *Matryoshka*, bonecas russas idênticas e de tamanhos diferentes que se encaixam umas dentro das outras, demonstrando a ideia de uma “hierarquia aninhada” Nessa metáfora, cada boneca (ou seja, cada escala) é separada e distinta e pode ser considerada sozinha. De acordo com Herod (2008, p.228)

Se pensarmos em escala dessa maneira, teremos uma situação em que não há escala ‘acima’ de qualquer outra no sentido vertical que a metáfora da escada sugere. Da mesma forma, a escala global (a boneca externa) é vista como ‘maior’ do que todas as outras escalas ‘menores’, de

modo que o global possa conter outras escalas, mas isso não funciona ao contrário (ou seja, o local não pode conter o global). Por outro lado, a metáfora da boneca Matryoshka implica com muito mais força do que a metáfora (...) da escada que existe uma hierarquia aninhada de escalas, com cada escala se encaixando perfeitamente para fornecer um todo coerente².

A complexidade dos processos cada vez mais interdependentes, inter-relacionados nos demandam a pensar as escalas socialmente construídas e vivenciadas em uma perspectiva relacional, ou seja, em sua dimensão multiescalar.

Nesse sentido, concordamos com Peck (2010, p.86), quando afirma: “Os processos sociais e regulatórios não podem estar categoricamente atribuídos a escalas específicas, e tão pouco a constituição escalar desses processos teóricos se outorgou com anterioridade ou se fixou historicamente. Melhor dito, a relação entre uma escala em particular e um processo social específico (...) é histórica e geograficamente contingente³”.

Outro aspecto a considerar na construção social da escala e em sua dimensão política é a necessidade, no contexto contemporâneo de aceleração dos fluxos no território, como assevera Milton Santos (1996) de distinção entre escala das ações operacionais e a escala do seu comando, pois o espaço geográfico é um híbrido, produzido por um conjunto indissociável de objetos e de ações e uma conjunção singular de processos materiais e culturais.

Nessa mesma direção, Endlich (2012, p.02) destaca ainda que as escalas geográficas “são produzidas e estão profundamente vinculadas aos alcances do poder em cada momento histórico [acompanhando] o modo de produção capitalista. Se, atualmente, existe a escala global, é porque existem agentes que podem operar nesta escala, ao passo que,

2 No original: “If we think about scale in this way, then we have a situation in which there is no scale which is ‘above’ any other in the vertical sense that the ladder metaphor suggests. Likewise, the global scale (the outside doll) is viewed as being ‘larger’ than all the other ‘smaller’ scales, such that the global can contain other scales but this does not work the other way round (i.e. the local cannot contain the global). On the other hand, the Matryoshka doll metaphor implies much more forcefully than does (...) the ladder metaphor that there is a nested hierarchy of scales, with each scale fitting neatly together to provide a coherent whole” (HEROD, 2008, p.228).

3 No original: “Los procesos sociales y regulatórios no pueden estar categóricamente asignados a escalas específicas, y tampoco la constitución escalar de estos procesos teóricos se otorgó con anterioridade o se fijó historicamente. Mejor dito, la relación entre una escala em particular y um processo social específico (...) es histórica y geográficamente contingente” (PECK, 2020, p.86).

contraditoriamente, significativa parte da sociedade não pode se apropriar nem da escala local”. Harvey, nesse sentido, complementa que “as escalas são produtos de mudanças tecnológicas, são modos de organização humana e da luta política” (HARVEY, 2000, p.108).

Entendemos também que a escala é construída socialmente numa perspectiva relacional resultante das “tensões contingentes que existem entre as forças estruturais e as práticas dos agentes” (MARSTON, 2000, p. 220), dos “processos sociais contraditórios de competição e cooperação⁴” (SMITH, 2000, p. 142), ou através da “dinâmica socio-espacial (...) e do conflito social e da luta político-econômica⁵” (SWYNGEDOUW, 2010, p. 56).

Nos últimos tempos, o conceito de escala espacial e sua compreensão e uso metodológico a partir da noção de que a escala é produzida socialmente, tem recebido atenção não apenas de geógrafos, mas também de outros pesquisadores, sobretudo no campo das Ciências Sociais, que criticamente tem abordado e debatido o significado e o papel da escala na análise social e estrutural, e na luta política.

Muitos tem sido os autores que, desde diferentes perspectivas, têm participado do debate sobre o que são as escalas espaciais e como as mesmas podem ser empregadas na análise dos processos sociais e econômicos. Entre esses autores se destacam os aportes de Brenner (2009 e 2013) sobre os limites e possibilidades das interpretações escalares sobre os padrões de reestruturação urbana e regional existentes nos períodos do pós-fordismo e do início do século XXI e as contribuições de Peck (2010) sobre as economias políticas da escala e as relações interescares, e o reescalamento do Estado no contexto neoliberal. Por fim, destacamos também as contribuições de Swyngedouw (2010) sobre a importância de valorizar a perspectiva escalar na análise da vida política e econômica atual para uma compreensão crítica do processo de globalização de modo a melhor entender a sua espacialidade, as relações de poder e a centralidade do poder político, e as contradições estruturais, nele existentes.

Um dos aspectos importantes no debate sobre a construção social da escala, presente na obra desses autores, se refere a dimensão política das escalas, ou a política de escala(s). Smith (1990) propõe aprofundar a pesquisa em torno de questões sobre como a construção de escala também

4 No original: “contradictory social processes of competition and cooperation” (MARSTON, 2000, p.220).

5 No original: “y el conflicto social y la lucha político-económica” (SWYNGEDOUW, 2010, p. 56).

é tentada ou realizada por um conjunto diversificado de atores envolvidos em transformações políticas, configurando o que ele denominou de a prática de uma política de escala. As análises de tais práticas chamam a atenção para as relações desiguais entre espaço e poder, mas também para concepções e ideologias que orientam atores sociais que se esforçam para mudar a ordem social e econômica estabelecida, mas também atores sociais que buscam resistir às mudanças sociais.

Nessa mesma perspectiva, Souza de modo mais detalhado, complementa que a política de escala também pode ser definida como

a articulação de ações e agentes operando em níveis escalares diferentes (isto é, que possuem magnitudes e alcances distintos) com a finalidade de potencializar efeitos, neutralizar ou diminuir o impacto de ações adversas ou tirar maiores vantagens de situações favoráveis; por exemplo, ampliando esferas de influência (ao expandir audiências, sensibilizar atores que sejam possíveis aliados, etc.) e propiciando sinergias políticas (ao recrutar novos apoios, costurar alianças etc.). (SOUZA, 2010, p.42; Grifado no original).

A política de escala evidencia que para a efetividade e eficácia política das ações no território, é de fundamental importância que estas possam ser realizadas através da articulação, em diferentes escalas, de um maior número e de distintos atores sociais, bem como da ampliação dos níveis escalares desse apoio político. Tal processo é identificado por Smith (2000) como “*jumping scales*” ou saltar escalas, e caracterizado por Tarrow (2008) como “*scale shift*” ou deslocamento escalar.

Ao considerarem a produção social da escala como um âmbito privilegiado da luta política, Smith (2000) e Marston (2000) concentram suas análises nas possibilidades e potencialidades que os agentes e grupos sociais, que se opõem ou lutam contra o poder estabelecido, têm de se organizarem e lutarem em diferentes e cada vez mais amplas escalas. A esse respeito, destaca Smith: “saltar escalas permite aos expulsos dissolver as fronteiras espaciais que são em larga medida impostas de cima e que detêm, em vez de facilitar, sua produção e a reprodução da vida cotidiana” (SMITH, 2000, p. 137).

O saltar escalas (*jumping scales*) ou o deslocamento escalar (*scale shift*) são também estratégias escalares dos movimentos sociais e ativismos visando superar as limitações locais e melhor promover e divulgar suas causas e lutas. Para tanto saltam escalas transformando seus movimentos locais em regionais, nacionais e globais, escapando assim dos obstáculos do localismo, do paroquialismo e do particularismo através da

expansão do alcance geográfico e político de novos apoios para suas pautas e reivindicações (SMITH, 2000 e MARSTON, 2000). Muitos tem sido os movimentos sociais que têm utilizado essa estratégia de saltar escalas, como são os casos dos Zapatistas, no México; dos povos indígenas como os do Xingu, no Brasil, liderados pelo cacique Raoni, ou como os Mapuches, no Sul do Chile; o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, no Brasil, ou ainda como os movimentos feministas e ativismos ambientais atuantes em diferentes lugares do mundo.

Essa perspectiva crítica de compreensão das escalas espaciais como constructos sociais e políticos, que se efetivam no território através de uma dinâmica multiescalar e relacional dos fenômenos e processos ambientais, culturais, sociais, econômicos e políticos oferece novas possibilidades teóricas e metodológicas para se pensar e analisar o desenvolvimento regional.

Escalas espaciais, Território e Desenvolvimento Regional

No campo mais específico dos estudos sobre planejamento e desenvolvimento regional, também tem havido um crescente interesse sobre o tema das escalas espaciais, com a produção de importantes aportes sobre seu significado, sua compreensão e seu uso teórico e metodológico na análise dos territórios e dos processos de planejamento e desenvolvimento territorial.

Dentre algumas dessas obras de referência destacam-se: os estudos de Fernández (2010) sobre a importância de se pensar e analisar desde a periferia latino-americana o desenvolvimento regional através de uma perspectiva transescalar que considere as regiões não apenas desde seus territórios, mas também como nós de redes de fluxos e atores, e de decisões e recursos externos que as atravessam redefinindo-as e condicionando suas possibilidades de desenvolvimento; as contribuições de Brandão (2010, 2015) sobre a necessidade de aprofundarmos a reflexão teórica e metodológica sobre a dimensão territorial do desenvolvimento em suas distintas escalas espaciais, problematizando a questão das decisões e das relações de poder entre os sujeitos concretos envolvidos na construção social dos espaços; os aporte de Vainer (2002) sobre o papel das escalas de poder e as escalas de ação na análise dos processos de planejamento e desenvolvimento territorial; e as contribuições de Ramírez (2010) sobre como o uso e manejo da escala nos processos de produção do

espaço tem sido um elemento fundamental na promoção do desenvolvimento regional.

Buscando contribuir com esse profícuo debate teórico e metodológico sobre a importância da valorização das escalas espaciais nos estudos urbanos e regionais, apresentamos a seguir alguns pontos para a reflexão que nos parecem fundamentais para a compreensão e análise dos processos e políticas de desenvolvimento regional.

Iniciamos pelo território, ou mais exatamente do que estamos entendendo por território, pois é nele que os processos e políticas de desenvolvimento regional ocorrem e são socialmente produzidos, desde distintas, mas também relacionais, escalas espaciais.

Entendemos o território desde uma perspectiva geográfica, na qual é preciso considerar de antemão, que o espaço geográfico antecede o território. Ao se apropriarem de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), os atores sociais “territorializam” o espaço. “O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder” (RAFFESTIN, 1993, p.143-144).

Nossa compreensão é complementada com a proposição de Souza (1995, p.78-79) de que o território deve ser apreendido como “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. Ou seja, ele é “essencialmente um instrumento de exercício de poder: quem domina ou influência quem nesse espaço, e como?”

Em que pese tal concepção esteja mais vinculada à sua dimensão política, ligada à instituição e consolidação histórica do Estado-Nação (ELDEN, 2013), a mesma não se restringe apenas à escala nacional, associada com o Estado enquanto instância política de controle, regulação e gestão, ou por derivação aos territórios dos municípios e dos estados da federação brasileira. Territórios existem e podem ser demarcados, delimitados, apropriados, constituídos e reconstituídos nas mais diversas escalas espaciais.

Além disso, na medida em que as noções de controle, de ordenamento e de gestão espacial, fundamentais no debate sobre o território, não se restringem apenas ao Estado, mas igualmente se vinculam às estratégias de distintos grupos sociais e das grandes corporações econômicas e financeiras, o território deve ser apreendido como resultado da interação entre múltiplas dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais (SILVEIRA, 2018).

Nesse sentido concordamos com Milton Santos (2002, p.10) de que:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como **o território usado**, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (Grifo nosso).

A importância dessa dimensão relacional (que também deve estar presente nas escalas espaciais) na análise e compreensão do território é também assinalada por Reis (2005, p.53) ao destacar que para se interpretar o território é preciso considerar em sua leitura “a natureza das estruturas e das dinâmicas da sociedade e da economia, um entendimento sobre o modo como se alcança a coordenação dos processos coletivos, sobre o papel desempenhado pelos atores neles intervenientes, e sobre as relações (hierárquicas ou não) entre atores e processos de diferentes escalas espaciais”.

Esse sentido relacional presente na definição do território traduz a incorporação, simultânea, do conjunto das relações sociais e de poder, e da relação complexa entre processos sociais e espaço geográfico, este entendido como ambiente natural e ambiente socialmente produzido. Além disso, esse sentido relacional implica também que consideremos que o significado do território não apenas se vincula as ideias de enraizamento, estabilidade, limite, fronteira, fixidez, mas também as ideias de movimento, de fluidez, de conexão (SILVEIRA, 2018 e HAESBAERT, 2002).

A coexistência de fenômenos e processos globais, regionais e locais revela o conteúdo histórico e a complexidade dos usos do território e requer tanto para a análise dos fenômenos e dos processos sociais, culturais e econômicos quanto para a formulação de políticas de desenvolvimento, que se valorize a importância das escalas espaciais para uma melhor compreensão da dinâmica territorial do desenvolvimento regional.

Metodologicamente, precisamos identificar as escalas nas quais os fenômenos e os processos se originam, ocorrem e alcançam no território. Precisamos, também, definir as escalas de análise necessárias à compreensão da dinâmica dos fenômenos e processos presentes no território ou que nele incidem. E, igualmente devemos pensar e compreender as escalas de ação, envolvendo as ações práticas e políticas, em sua dimensão narrativa e como objeto e instrumento de políticas, planos e projetos de desenvolvimento em disputa em relação a um dado território.

Nesse sentido, como nos lembra Brandão (2015, p.08) o desafio científico e político posto é o de justamente “procurar definir o que cada escala poderá revelar cientificamente e com que meios, mecanismos e instrumentos políticos cada escala pode contar para mobilizar, contestar, acionar, regular, comandar ou controlar.”

A qualificação da análise e da formulação das políticas de desenvolvimento regional impõe a necessidade de se superar a costumeira adoção de uma única escala de análise e/ou intervenção e de se buscar a articulação e a seleção de escalas espaciais adequadas para análise dos processos ou para se buscar alcançar os objetivos dessas políticas.

Para uma adequada compreensão dos processos e das políticas de desenvolvimento regional nos territórios há que se buscar superar a ideia de que a escala regional está dada *a priori*, assim como a de que o território usado da região é uma espécie de contentor ou de espaço palco, fechado e passivo, onde o que importa analisar são os agentes, as instituições, suas ações e relações, e os processos e políticas, existentes e circunscritos ao território e à escala regionais.

Como já mencionamos acima, vivemos um tempo de crescente complexidade, mudança, interrelação e interdependência dos fenômenos ambientais, dos processos socioespaciais de desenvolvimento. Na etapa contemporânea da economia capitalista observamos uma crescente, ainda que desigual, circulação e ampliação de fluxos de diferentes tipos: pessoas, capitais, matérias primas, recursos, produtos, ideias, informações e ordens entre os lugares e regiões do mundo.

Tais fluxos, expressam e resultam de relações geopolíticas, econômicas, sociais, políticas, culturais e de poder, na maioria das vezes assimétricas, estabelecidas entre distintos e numerosos agentes sociais e instituições, e que são mediadas e reguladas pelo mercado e pelo Estado, em diferentes níveis de abrangência e graus de intensidade, de acordo com as especificidades e condicionantes de cada formação socioespacial e da conjuntura existente.

A dinâmica de produção e de circulação desses fluxos no espaço geográfico das regiões ora é organizada e condicionada por redes pré-existentes, ora resulta na criação de novas redes, não apenas circunscritas ao território regional.

Os fluxos que organizam e definem essas redes são produzidos por relações sociais e articulações econômicas e políticas engendradas no território, simultânea, mas também desigualmente, em distintos níveis escalares, desde o local, o regional, o nacional, e o global. Cada um dos

agentes sociais, das organizações e instituições que se apropriam e usam e transformam o território regional se relacionam, interagem, se articulam em uma ou mais escalas espaciais.

Assim, além de considerarmos as distintas escalas (e sua interrelação) das ações e processos em rede que são engendrados ou que repercutem nos territórios usados das regiões, precisamos igualmente levar em conta na análise do desenvolvimento regional e buscar identificar e compreender como se apresentam as escalas de ação dos seguintes agentes e instituições:

- as escalas espaciais de elaboração e de efetivação da política pública, em suas instâncias nacional, estadual e municipal, como no caso do Brasil, e o modo como se combinam ou se contradizem, assumindo particularidades nos territórios regionais;

- as diferentes escalas de ação dos grupos empresariais nacionais e transnacionais que comandam as cadeias produtivas regionais, mas também das empresas locais e regionais, em suas estratégias de *jumping scales* nos usos e apropriação dos territórios regionais;

- as distintas escalas de ação prática e política dos atores sociais que vivem e atuam nas regiões (como os sindicatos de trabalhadores urbanos e rurais, os ativismos e os movimentos sociais e ambientalistas, as associações empresariais urbanas e rurais), seus usos do território e suas estratégias de *scale shift*;

- as escalas de atuação das instituições regionais como as universidades, associações de municípios, consórcios intermunicipais, conselhos regionais, cooperativas, etc. e suas ações, articulações em relação aos demais agentes sociais e organismos estatais existentes no território;

- as escalas de ação dos órgãos estatais de diferentes níveis (federal, estadual, regional) que atuam nos territórios regionais, buscando também identificar as estratégias de *scale shift* que adotam, por exemplo através da descentralização, as diferentes regionalizações que apresentam e as interações espaciais que promovem nos territórios, através dos fluxos de serviços; e

- as escalas e as estratégias de ação das redes de organizações e de cooperação no âmbito da sociedade civil. Redes essas, que não sem conflitos e através de relações de poder, buscam implementar projetos e políticas de desenvolvimento endógenos, menos assimétricos e mais autônomos, valorizando as particularidades, a identidade, os atributos, as contingências, e as oportunidades existentes no território regional.

Certamente, diante da complexidade dos processos de desenvolvimento regional, inúmeras outras variáveis e dimensões igualmente precisam ser consideradas na sua análise. Portanto, esse conjunto de atores e instituições para as quais propomos acima identificar e compreender suas escalas de ação no território regional, não se faz suficiente para tamanho desafio analítico. A despeito disso, ele nos parece um bom caminho para iniciar essa empreitada científica.

À guisa de conclusão

A polissemia do vocábulo escala enseja distintos significados e aplicações pelas ciências e pelo senso comum. A complexidade do espaço geográfico e as diferentes dimensões e medidas dos fenômenos socioespaciais, exigem maior nível de abstração. Portanto é preciso então pensar a escala não só como medida matemática de proporção da representação gráfica do território, mas também como representação de diferentes modos de percepção e de concepção do real, e como produto social das relações estabelecidas no território.

As escalas não são neutras por serem produzidas por processos heterogêneos e de conflito. Elas não estão dadas a priori nem são geometricamente definidas. Precisamos criticar os usos da escala que produzem sua reificação e subjetivação, e valorizar a compreensão de que as escalas são frutos de processos de apropriação e de dominação do espaço e, por isso, carregam consigo todo um conteúdo estratégico e político.

As escalas são, portanto, produtos das ações sociais ao longo de processos históricos envolvendo disputas que perpassam por todas as escalas espaciais, na maioria das vezes acontecendo simultaneamente.

Não há, assim, uma escala mais importante do que a outra. O que importa é a perspectiva que interrelacione as escalas envolvidas nos processos políticos, sociais, econômicos e culturais em foco, para buscar melhor compreender sua complexidade.

Na prática, estamos acostumados com hierarquizações muito simples, como a da microescala (local) para a macroescala (global), ou vice-versa, sendo pensadas com ou sem a metáfora cartográfica. Mas essas hierarquizações, muito influenciadas pela representação espacial euclidiana, nos prendem ao plano geométrico e à dimensão espacial bidimensional. Em geral, somos levados a esquecer a perspectiva dinâmica e multifacetada e relacional que as escalas espaciais nos trazem. Essa perspectiva nos oferece melhores condições metodológicas para compreender os processos

de desenvolvimento territorial através da identificação no território das escalas dos fenômenos, de análise e das ações.

Pensamos que nesse contexto de crescente interdependência e de desigual interação de diferentes aspectos e níveis de relação entre os atores sociais e econômicos e entre eles e as instituições públicas e estatais, em diferentes territórios, soa importante valorizar as escalas espaciais na análise dos processos de desenvolvimento regional e de formulação e implementação das políticas de desenvolvimento regional.

Por fim, essa perspectiva crítica de compreensão das escalas espaciais como constructos sociais e políticos, que se efetivam no território através de uma dinâmica multiescalar e relacional dos fenômenos e processos ambientais, culturais, sociais, econômicos e políticos, oferece também novas possibilidades teóricas e metodológicas para se avançar a produção do conhecimento no campo do desenvolvimento regional.

Referências

BRANDÃO, Carlos A./ FERNÁNDEZ, Victor Ramiro/ RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. (Org.). **Escalas espaciais, reescalamentos e estatalidades: lições e desafios para América Latina**. 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2018. Disponível: <http://docplayer.com.br/86178729-Escalas-espaciais-reescalamentos-e-estatalidades-lico-es-e-desafios-para-america-latina.html> Acessado em março, 2020.

BRANDÃO, Carlos Antônio. Producción social del ambiente construído y sus escalas espaciales: notas para uma teoria acerca de las acciones y decisiones de sujetos concretos. In: Fernández, Victor R. y Brandão, Carlos (Org.). **Escalas y Políticas del Desarrollo Regional – Desafios para América Latina**. Buenos Aires: Ed. Mino y D'ávila. 2010. P.241-272

_____. Transformar a provisão de bens e serviços públicos e coletivos nos espaços urbanos e regionais do Brasil. In: **e-metropolis**. N.23, Ano 06. Dezembro, 2015. P. 06-14.

_____. Visões teóricas sobre desenvolvimento regional e a questão das escalas (mundial, nacional, subnacional e local) nas políticas regionais contemporâneas. In: **Curso Territorialidade e Políticas Públicas no Brasil**. ENAP, Brasília, 2 de maio de 2011.

BRENNER, Neil. Reestruturação, reescalonamento e a questão urbana. In: **GEOUSP – espaço e tempo**, São Paulo, Nº33, 2013. pp. 198-220.

_____. Restructuring, rescaling and the urban question. In: **Critical Planning**, 10, 2009. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.485.9921&rep=rep1&type=pdf>. Acessado abril, 2020.

CARGNIN, Antônio P. Escalas de poder e gestão e a implementação de políticas de desenvolvimento regional no estado do Rio Grande do Sul. In: **Revista Política e Planejamento Regional (PPR)**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 57-80, jan./jun. 2014. P.57-80.

CASTRO, I. E. O problema da escala. In: CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R.L (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2003. p.117-140.

_____. Análise geográfica e o problema epistemológico da escala. In: **Anuário do Instituto de Geociências da UFRJ**. Vol.15. 1992. Disponível em: <http://www.ppegeo.igc.usp.br/index.php/anigeo/article/view/1505/1394> Acessado em: março, 2020.

CORREA, José Carlos Severo. **O planejamento regional no Corede Fronteira Oeste: uma análise da articulação das políticas territoriais numa perspectiva multiescalar**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. UNISC. 2018.

DINIZ, Clélio Campolina. Globalização, escalas territoriais e política tecnológica regionalizada no Brasil. **Texto para Discussão 168**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2001. Disponível: <<http://cedeplar.face.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20168.pdf>>. Acesso em 20 fev. 2015

ELDEN, Stuart. **The birth of territory**. Chicago: The University of Chicago Press. 2013.

ENDLICH, Ângela Maria. Escala e território: a perspectiva do município no Brasil. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de noviembre de 2012, vol. XVI, nº 418 (54). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-418/sn-418-54.htm>>. Acessado em: março, 2020.

FERNANDES, Maria Fernanda Marques; FILGUEIRAS, Carlos A. L.. Um panorama da nanotecnologia no Brasil (e seus macro-desafios).

Quím. Nova, São Paulo , v. 31, n. 8, p. 2205-2213, 2008 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So100-40422008000800050&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 14 Mai 2020. <https://doi.org/10.1590/So100-40422008000800050>.

FERNÁNDEZ, Victor Ramiro. Desarrollo Reginal bajo transformaciones trasns-escalares. Porqué y cómo recuperar la escala nacional? In: Fernández, Victor R. y Brandão, Carlos (Org.). **Escalas y Políticas del Desarrollo Regional – Desafios para América Latina**. Buenos Aires: Ed. Mino y D’ávila. 2010. P.301-341.

FONTENELLE, Carlos Eduardo Costa e Silva. **Escala gráfica: contribuições para a representação do projeto arquitetônico**. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Campinas, SP. 2018. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/331803>>. Acesso 03 mar. 2020.

GREGORY, Derek. Escala. In. JOHNSTON, R.J.; GREGORY, D. e SMITH, David M. (Org). **Diccionario Akal de Geografía Humana**. Madrid: Ediciones Akal, 2000.

HARVEY, David. **Espaços da esperança**. São Paulo: Ed. Loyola. SP. 2000.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: **Território, territórios**. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Niterói: UFF/AGB, 2002. p.17-38.

HEROD, Andrew. Scale: The local and the global. In.: Clifford, N.; Holloway, Sarah; Rice, Stephen and Valentine, Gill (Editores). **Key Concepts in Geography**. SAGE Publications. Second edition. p.217-235. 2008.

LACOSTE, Yves. **A geografia – Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas: Ed. Papirus, SP. 1988.

MARSTON, Sallie A. The social construction of scale. **Progress in Human Geography**, London, Volume 24, n.2. June, 2000. p. 219-242. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1191/030913200674086272> Acessado em abril, 2020.

MICHAELIS. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Editora Melhoramentos Ltda. 2015. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/> Acessado em abril, 2020.

PECK, J. Economías políticas de escala: políticas rápidas, relaciones interescales y *workfare* neoliberal. In: Fernández, Victor R. y Brandão, Carlos (Org.). **Escalas y Politicas del Desarrollo Regional – Desafios para América Latina**. Buenos Aires: Ed. Mino y D'ávila. P.77-120, 2010.

RACINE, J.B. RAFFESTIN, C. e RUFFY, V. **Revista Brasileira de Geografia**. IBGE: Rio de Janeiro. Vol. 45, n.1. jan./mar,1983. P.123-135.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geopolítica do poder**. São Paulo: Ed. Ática, SP. 1993.

RAMBO, Anelise Graciele; RÜCKERT, Aldomar Arnaldo. Desenvolvimento territorial e escalas geográficas de poder e gestão - o caso da Cooperacana, Porto Xavier - RS. **Geosul**, Florianópolis, v. 23, n. 46, p 95-114, jul./dez. 2008. Disponível: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/issue/view/1256>>. Acesso em 20 fev. 2020.

RAMIREZ, Blanca. De la escala al espacio em la construcción del desarrollo regional. In: In: Fernández, Victor R. y Brandão, Carlos (Org.). **Escalas y Politicas del Desarrollo Regional – Desafios para América Latina**. Buenos Aires: Ed. Mino y D'ávila. 2010. P.217-237.

REIS, José. Uma epistemologia do Território. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, vol. 13, no. 1, 2005, p. 51-74.

SANTOS, Milton. **Território e Dinheiro**. In: Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. Território, Territórios. Niterói: PPGeo-UFF/AGB-Niterói, RJ. 2002. p.17 – 38

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Ed. Hucitec, SP. 1996.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. Território, Rede e Desenvolvimento Regional: Notas para discussão. In: SILVEIRA, R.L.L. e FELIPPI, A.C.T. (Org). **Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios**. Florianópolis: Ed. Insular, SC. 2018. P.232-252.

SMITH, Neil. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e a produção de escala geográfica. In: ARANTES, Antônio A. (org.) **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000. p. 132-159.

_____. Homeless/global: scaling places. In: BIRD, John et al. (Ed.). **Mapping the futures: local cultures, global change**. London/New York: Routledge, 1993. p. 87-119

_____. **Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e a produção do espaço**. Trad. Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

_____. Gentrification and uneven development. **Economic Geography** 58:39-155. 1982.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2013.

_____. Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado: Os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta. **Cidades**. Volume 7, Número 11, 2010. P.13-47. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/523/554> Acessado, março, 2020.

SWYNGEDOUW, Erik. Globalización o glocalización? Redes, territorios y reescalamiento. In: Fernández, Victor R. y Brandão, Carlos (Org.). **Escalas y Políticas del Desarrollo Regional – Desafios para América Latina**. Buenos Aires: Ed. Mino y D'ávila. P.47-75. 2010 [2004].

_____. Neither global nor local: 'glocalization' and the politics of scale. In: COX, Kewin R. **Spaces of globalization: reasserting the power of the local**. New York/London: The Guilford Press, 1997. p. 137-66.

TARROW, Sidney. **Power in Movement**. Social Movements and Contentious Politics. Cambridge: Cambridge University Press.2008.

VAINER, Carlos. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 13-32, dez. 2002.